

Caminhos para dizer não

São três os caminhos regimentais de que dispõe a nova maioria oposicionista para combater o Governo no Senado. O primeiro é a rejeição dos projetos de interesse do Executivo e, na mesma linha, a aprovação de medidas antipáticas ao poder central (como ocorreu na semana passada com a proposta revendo o cálculo do imposto de renda). O segundo caminho passa pelas comissões, com destaque para a chamada CPI da Corrupção e para a Comissão de Fiscalização e Controle, instalada sexta-feira. O último, pela tribuna da Casa.

Se a tribuna anda meio abandonada desde o início da Constituinte, com o deslocamento dos debates para o plenário da Câmara, os outros canais oposicionistas vêm funcionando - e muito bem - no Senado. Discretamente, sem grandes alardes, é a bancada de oposição naquela Casa que tem resolvido, por exemplo, os problemas de caixa dos governadores rompidos com o Palácio do Planalto.

O sistema é simples, mas funciona. Como cabe ao Senado aprovar os pedidos de empréstimo feitos por estados e municípios, a oposição manobra para que só passe um pedido do interesse de Sarney se, ao mesmo tempo, forem liberados recursos para estado ou município governado por dissidentes. Exemplificando: aprova-se um empréstimo para o Paraná, cujo governador é ligado ao Planalto em troca de socorro financeiro ao baiano (e oposicionista) Valdir Pires. Nos últimos dias, aguardava-se com ansiedade uma proposta de U\$ 200 milhões destinada à prefeitura de São Paulo - o prefeito Jânio

Quadros é amigo do poder.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB e futuro bloco de oposição, admite francamente que tem colaborado com este tipo de manobra no Senado. Ele se justifica acusando o Governo de privilegiar os seus correligionários na concessão de verbas. "Os casos da Bahia e de Alagoas são típicos", lembra o parlamentar.

Além dos empréstimos, cabe ao Senado votar a indicação de embaixadores do Brasil junto a outros países e de ministros de tribunais. São outras armas de que a oposição pode lançar mão a qualquer momento. Até agora, segundo o senador Luiz Viana Filho, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Casa, pelo menos a aprovação dos representantes diplomáticos está "rigorosamente em dia".

A outra vertente da ação oposicionista é a CPI da Corrupção, que não tem poupado dores de cabeça ao presidente Sarney. Num clima de República do Galeão, os senadores têm intercalado depoimentos ruidosos com denúncias de pressão por parte do Governo - além da arguição de inconstitucionalidade feita pelo consultor-geral Saulo Ramos, há ainda os dossiês que o ministro Antônio Carlos Magalhães teria encomendado contra os membros da comissão.

Para fugir das limitações regimentais às comissões de inquérito, a oposição encontrou uma saída inteligente: na última sexta-feira, foi instalada com pompa e circunstância a Comissão (permanente) de Fiscalização e Controle do Senado, presidida por ninguém menos que o senador Carlos Chiarelli.